

Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades***

1. INTRODUÇÃO

Ao contrário do que sucedeu noutros países europeus, em Portugal a questão ambiental eclodiu tarde, não tendo ainda gerado, nem um grande empenhamento cívico, nem uma forte visibilidade social.

Com efeito, só em finais dos anos 80 — quase vinte anos depois do Tratado de Roma e década e meia a seguir à Conferência de Estocolmo — se pode situar entre nós a preocupação político-institucional na articulação sociedade e ambiente. Uma «preocupação», aliás, inicialmente, mais induzida pelas pressões resultantes do processo de adesão à União Europeia do que por dinâmicas internas à própria sociedade portuguesa.

Na origem remota destes factos está uma história marcada durante muito tempo por um movimento de industrialização tardio e incipiente e pela predominância de uma sociedade centrada sobre valores rurais tradicionais ligados ao Estado Novo. Prevaleram, deste modo, manchas de preservação da Natureza — mais por inércia do que por qualquer política activa de protecção dos recursos naturais. Do antigo regime o país não saiu, contudo, incólume. Se, por

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

*** O presente texto foi realizado no âmbito do projecto de investigação «Ambiente e opinião pública», coordenado pelo Prof. Doutor Afonso de Barros e desenvolvido no quadro do programa Fórum Ambiental Luso-Americano (FALA) da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

Trata-se de uma primeira abordagem ao estudo da opinião pública portuguesa face à problemática do ambiente. Dedicamos este texto à memória do Prof. Doutor Afonso de Barros.

um lado, não se detectam entre nós muitos dos problemas ambientais ligados à industrialização característicos dos outros países europeus, por outro lado, reconhecem-se no território português marcas resultantes do modelo imposto pelo Estado Novo que constituem fonte de problemas ambientais.

Veja-se, por exemplo, a campanha do trigo no Alentejo (1929), com os consequentes problemas da erosão e da evasão dos campos; a florestação intensiva (primeiro de pinheiros e depois de eucaliptos) e respectivos efeitos na desertificação do interior e no alastrar dos incêndios; veja-se também, mais tarde, o *take-off* industrial, com os grandes empreendimentos poluidores (pasta de papel, indústrias químicas, etc.), bem como os processos de urbanização acelerada e caótica¹.

Por diversas ordens de razão, que não importa agora analisar, o regime democrático depois da revolução de 74, apesar de não ter evitado a degradação paisagística e natural — antes a agravou —, permitiu, no entanto, o emergir de uma certa «consciência ambiental» e o crescimento dos movimentos ambientalistas.

De facto, ao mesmo tempo que a democracia se consolidava, os problemas ambientais foram-se acentuando, passando a constituir matéria de preocupação social. Se a adesão à União Europeia, a partir de 1986, forçou o exercício das políticas ambientais, através da criação de um quadro legislativo e institucional comum, em contrapartida, a aplicação dos fundos europeus e o desenvolvimento rápido que gerou acabaram por degradar as condições ambientais nacionais.

A década de 80 constituiu, assim, um momento assinalável no processo de reconhecimento das dimensões sociais e políticas dos problemas ambientais. Uma dessas dimensões, que passa pelo adensar dos problemas ambientais na vida dos cidadãos — sobretudo nos últimos cinco anos —, traduz o início da construção lenta e atribulada de uma opinião pública sobre ambiente.

A história dos problemas ambientais e dos movimentos ecologistas está ainda por fazer, mas tudo indica que, em Portugal, as questões ambientais adquiriram visibilidade, o associativismo ambientalista cresceu e ganhou presença social e a problemática ambientalista instalou-se nas preocupações dos políticos, dos meios de comunicação social e dos cientistas.

Existem já sinais de que a opinião pública sobre ambiente tem hoje cada vez mais peso na orientação e efectivação das políticas ambientais. A participação social será uma condição essencial ao sucesso dessas políticas e, neste sentido, as questões ambientais colocam desafios directos e novos ao próprio exercício da democracia. Contudo, em Portugal, a ausência de for-

¹ V., a este propósito, Maria Inês Mansinho e Lúsa Schmidt, «A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico», in *Análise Social*, vol. xxix, n.ºs 125-126, 1994, pp. 441-481.

mação, de informação e de tradição cívica participativa tem dificultado a intervenção dos cidadãos no debate público e nas decisões políticas. Acresce um Estado cuja tendência «autista» e «esmagadora» o torna pouco capaz para lidar com esses novos desafios e formas de participação social.

Torna-se, assim, essencial conhecer o estado da opinião pública portuguesa sobre o ambiente, tanto mais quanto esta questão não foi ainda tratada entre nós².

Alguns inquéritos internacionais extensivos a Portugal têm abordado, embora de forma secundária, as preocupações nacionais em matéria ambiental — especificamente, um inquérito europeu aplicado em 1990 cujos dados foram tratados pelo IED³. Também a União Europeia, além dos genéricos *eurobarómetros* realizados periodicamente desde 1986, aplicou dois inquéritos comparativos sobre as atitudes face ao ambiente⁴. Entre outras coisas, estes inquéritos indicam uma atitude positiva face à ecologia por parte dos Portugueses, ainda que pouco estruturada.

Mas é ao inquérito Gallup — *The Health of the Planet Survey*⁵ —, realizado em 1992 e aplicado em 24 países diferentes, que se deve a abordagem mais completa e sistematizada nesta matéria. Em termos comparativos, pode dizer-se que os Portugueses manifestam genericamente níveis de preocupação mais elevados do que as populações inquiridas nos restantes países ocidentais. Os resultados deste inquérito vêm, assim, abalar a convicção de que a preocupação ambiental é quase exclusiva dos países ricos — assumida como um valor «pós-materialista»⁶ —, mostrando, afinal, que, quanto menor o grau de desenvolvimento, maior a preocupação com o meio ambiente⁷. A população portuguesa ocupa, pois — no conjunto dos países

² Nenhum dos grandes inquéritos realizados aos valores e atitudes dos Portugueses incluiu especificamente as questões ambientais (v. João Ferreira de Almeida, *Portugal — Os Próximos 20 Anos*, vol. VIII, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, Teresa P. Gouveia (coord.), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, D. Quixote, 1993, e Manuel Villaverde Cabral, *Atitudes da População Portuguesa perante o Desenvolvimento*, Lisboa, IED, 1995).

³ Luís de França (org.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED, 1993.

⁴ CCE, Comissão das Comunidades Europeias, *Os Europeus e o Seu Ambiente*, Bruxelas, CCE, 1986, e CCE, Commission des Communautés Européennes, *Les Européens et l'environnement en 1992 — Sondage effectué dans le cadre de l'Eurobaromètre 37.0*, Bruxelas, 1992. Alguns resultados destes inquéritos foram tratados por Francisco Nunes Correia, «Ambiente e ambientalismos», in AAVV, *Portugal Hoje*, Lisboa, INA, 1994.

⁵ *Health of the Planet Survey — A George H. Gallup Memorial Survey*, Gallup International Institute, Princeton, Nova Jérsea, 1992.

⁶ Ronald Inglehart, *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 1990.

⁷ Riley E. Dunlap e Angela G. Mertig, «Global environmental concern: a challenge to the post-materialism thesis», in P. Ester e W. Schluchter, *Social Dimensions of Contemporary Environmental Issues: International Perspectives*, Tilburg University Press, 1995.

inquiridos —, uma posição intermédia entre as populações dos países ricos e as dos países em vias de desenvolvimento.

Estes manifestos níveis de preocupação ambiental chamam, contudo, a atenção para o desconhecimento que prevalece quanto aos conteúdos, dimensão e história dessa preocupação.

É, pois, fundamental avaliar a percepção que a população portuguesa tem sobre as questões ambientais, analisando, tanto quanto possível, a diversidade dos seus contornos. O inquérito *The Health of the Planet Survey* é, por enquanto, a base de dados que melhor permite tirar algumas conclusões e levantar novas questões, que constituem outros tantos desafios ao futuro aprofundamento da questão «opinião pública e ambiente».

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O inquérito *The Health of the Planet Survey*, coordenado pelo George H. Gallup International Institute, foi aplicado na primeira metade de 1992 em 24 países seleccionados em todos os continentes. O objectivo era inquirir cidadãos «numa vasta gama de nações diferenciadas do ponto de vista quer da localização geográfica, quer do nível de desenvolvimento económico»⁸.

Em Portugal, o trabalho de campo decorreu no 1.º semestre de 1992 e foi aplicado pela Norma, através de entrevistas directas a uma amostra representativa da população⁹.

O inquérito incluiu vários tipos de questões ligadas às percepções e preocupações geradas pelos problemas ambientais; atitudes e acções práticas visando a protecção ambiental; formas de militância e adesão aos movimentos ambientalistas. Através da análise de alguns resultados é possível avaliar algumas características das opiniões manifestadas e apontar novas pistas de reflexão¹⁰.

⁸ Riley E. Dunlap, G. H. Gallup Jr. e A. M. Gallup, «Of global concern. Results of the health of the planet survey», in *Environment*, vol. 35, n.º 9, Novembro de 1993.

A classificação do nível de desenvolvimento económico utilizada foi a do Banco Mundial: alto médio, baixo médio e baixo rendimento nacional. Portugal foi classificado entre as nações industrializadas devido à sua proximidade geográfica e cultural dos outros países europeus, apesar de o seu rendimento *per capita* aparecer abaixo do da Coreia do Sul.

⁹ O universo do estudo foi constituído pela totalidade da população maior de 15 anos residente em Portugal continental, excluindo os residentes de núcleos com dez ou menos fogos. Utilizou-se a técnica da amostragem aleatória, estratificada segundo região (dimensão geográfica) e *habitat* (dimensão sociológica) e de imputação não proporcional pelos estratos, atendendo-se ao seu grau de heterogeneidade para a distribuição da amostra. A dimensão da amostra utilizada neste estudo é de 1000 entrevistas (Norma, *Saúde do Planeta*, vol. 1, Lisboa, Abril de 1992).

¹⁰ Em comunicação anterior (1994) já havia sido realizada uma primeira abordagem dos resultados (v. Luísa Schmidt, «A emergência do ambiente — como valor social?», in *Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa, ICS, 1996).

2.1. DO LOCAL AO GLOBAL

Se todos os portugueses tendem a valorizar os *problemas ambientais* como sendo dos mais graves da sua comunidade local, acima de tudo vêem o ambiente como problema dos outros, mais concretamente do globo, como se Portugal — e sobretudo o local onde se vive — estivesse algo alheio a esse globo.

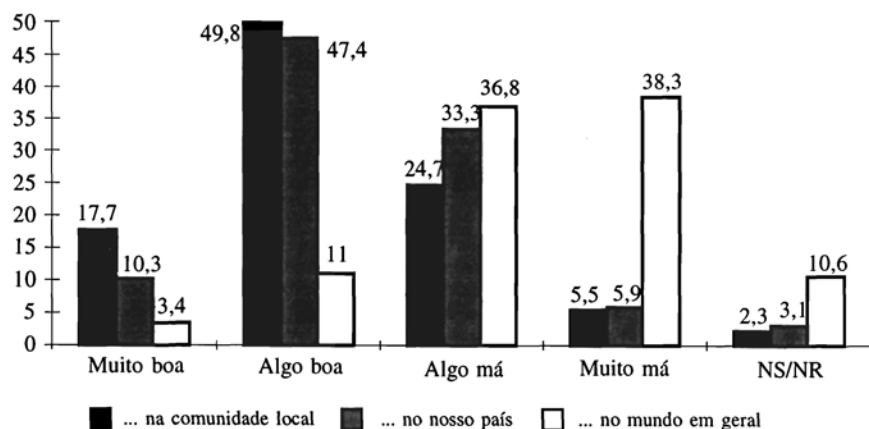
De facto, quando se pergunta aos Portugueses qual o maior problema com que a sua *comunidade local* se debate, surge o ambiente entre outros — como a habitação, o desemprego e a saúde. Quando se aplica a mesma questão à escala do *país*, o peso do ambiente aumenta; mas quando chegamos à escala planetária, aí não há dúvidas em apontar o ambiente como o maior problema do *mundo*. Mais do que a violência ou a guerra ou a fome.

Também a nota de *má classificação atribuída ao ambiente* é muito gravosa quando se trata do *mundo*, diminui quando desce para a escala do *país* e mais ainda quando se atribui à *localidade* onde se vive.

Isto é, cerca de 75,1% dos portugueses consideram o mundo em «muito mau ou algo mau» estado ambiental, enquanto, apenas, 30,2% avaliam negativamente o ambiente do seu local de residência. Visto às avessas, enquanto 67,5% dos portugueses consideram a qualidade do ambiente da sua comunidade local como «muito boa» ou «algo boa», já, para o país, essa percentagem decresce para 57,7% e, para o mundo, apenas 14,4% dos inquiridos valorizam positivamente a qualidade mundial do ambiente (gráfico n.º 1).

Como classifica a «qualidade do ambiente»...
(percentagem)

[GRÁFICO N.º 1]



Outra característica é o ambiente ser visto como um *problema recente*. Há poucos anos a grande maioria dos inquiridos não se sentiam afectados por

ele, nem mesmo os residentes nas grandes cidades. Actualmente sentem a afectação ambiental, mas tomam-na sobretudo como um *problema a prazo*, crescente, mas para amanhã ... — já que, quando convidados a projectar no futuro, os Portugueses lhe atribuem uma enorme importância e gravidade.

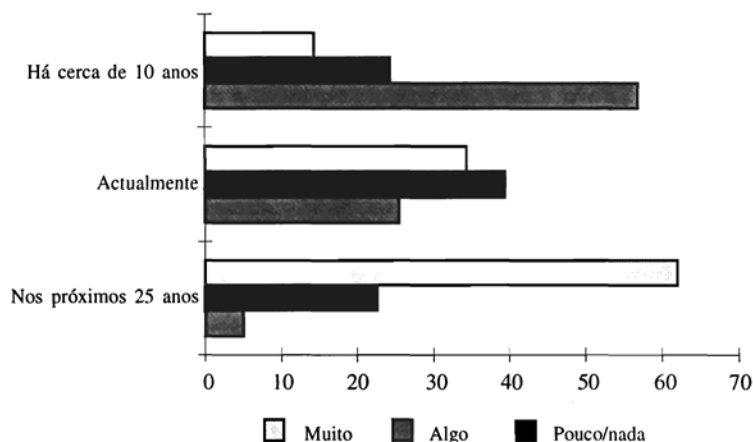
De facto, quando confrontados com uma lista de seis problemas que hoje afligem as sociedades modernas, o ambiente fica em quinto lugar — atrás do elevado custo de vida (preocupante para 93% dos portugueses), deficientes cuidados de saúde (preocupantes para 92%), fome e falta de habitação (preocupantes para 89,6%) e crime e violência (preocupantes para 87,5%).

Contudo, quando se pede às pessoas para pensarem em termos de *futuro próximo*, as questões ambientais saltam de quinto para segundo lugar. Num horizonte de 25 anos, os nossos filhos e netos terão como maiores preocupações em primeiro lugar o crime e a violência e logo a seguir os problemas ambientais.

Por outro lado, se apenas 39% dos inquiridos pensam que as questões ambientais afectaram a sua *saúde* há dez anos atrás, a grande maioria (74%) acha que já é *actualmente* «algo» ou «muito» afectada e 84% acreditam que a situação *se agravará nos próximos 25 anos* (gráfico n.º 2).

Quanto pensa que os problemas ambientais afectam a sua saúde?
(percentagem)

[GRÁFICO N.º 2]



A análise destas respostas leva-nos a estabelecer um primeiro conjunto de hipóteses:

- Em primeiro lugar, o espectro do que é considerado o *mal ambiental vem-nos de fora*. A consciência será, sobretudo, formada a partir dos

problemas dos outros, de um mundo que, de certo modo, nos parece distante e sem a ideia de globalidade ambiental.

Como veremos adiante, quando convidados a apontar o primeiro problema ambiental mundial, os inquiridos referem o «buraco na camada de ozono». Problema este que, para o caso específico do país, é considerado irrelevante;

- Em segundo lugar, o ambiente será sobretudo um *problema de futuro*. Um futuro que se projecta pouco sorridente: uma vida em más condições sócio-económicas, desamparada por um Estado simultaneamente esmagador e irresponsável, pautada por um clima social agressivo e violento (sobem os índices de criminalidade e agudizam-se as representações da violência) e, ainda por cima, no meio de uma natureza degradada...;
- Estas duas atitudes — ambiente como problema essencialmente dos outros e a prazo — indiciam também uma tendência para a *desresponsabilização*. A população tende a tomar consciência ambiental sobretudo enquanto vítima, e não enquanto agente participante no «crime»...

Do ponto de vista simbólico, este denegar dos problemas ambientais no presente nacional é como varrê-los para longe da porta, ou, numa imagem mais prosaica, esconder o lixo debaixo do tapete;

- Por outro lado, não pode deixar de haver uma grande *implicação mediática* nesta forma de construção da opinião pública. Relembre-se o grande impacto televisivo da ECO 92, que mostrou diariamente a «degradação ambiental mundial» sobretudo como realidade externa ao país. Este tipo de abordagem às catástrofes ambientais tomadas como quase exclusivas dos países industrializados, embora actualmente tenda a mudar, foi, até há bem poucos anos, recorrente no tratamento mediático nacional.

Em Portugal, as primeiras emissões sobre a questão ambiental situavam-se em torno de problemas que nos eram alheios: energia nuclear e mares negras, estas últimas mediatizadas a partir de outros mares. O país já tinha problemas ambientais em vários locais, mas a consciência pública era excitada com os problemas longínquos. As reais questões ambientais nacionais — erosão e desertificação no Alentejo, construção de barragens, celuloses — não só se mantinham sempre ao nível de um problema local sem incidência de maior, como nunca eram problematizadas enquanto «questões ambientais». Estas eram sempre vistas como problemas lá de fora, sobretudo das sociedades modernas e avançadas, funcionando, simbolicamente, como uma espécie de «castigo merecido» das sociedades industrializadas, em contraponto ao *small is beautiful* do Portugal rural de Salazar.

2.2. DA (IN)FORMAÇÃO À (IN)CULTURA

Quanto aos *problemas ambientais mais graves* referidos espontaneamente para Portugal, são claramente a poluição das *águas* (21%) e os *incêndios*

e destruição das matas e florestas (19,4% e 7%, respectivamente). Problemas hoje bastante divulgados do ponto de vista mediático.

De forma espontânea, são ainda referidos como causadores dos males ambientais a poluição industrial (5%), os lixos, etc. Mas nunca a poluição marítima ou as actividades agrícolas. Apenas 0,2% dos portugueses apontam a contaminação por pesticidas como questão ambiental grave no país.

Já os *problemas mais graves do mundo*, para os Portugueses, são o buraco na camada de ozono (22%) — um ozono que é mais uma vez problema «deles», dos outros, e não nosso... Este, para Portugal, é apontado como grave problema apenas para 2% dos inquiridos.

No fundo, mais uma vez estereótipos marcados pela influência mediática — até porque, quando se pede aos inquiridos para explicarem o *que é o ozono*, ou o *efeito de estufa*, ou o *aquecimento global*, quase ninguém consegue fazê-lo. Conhecem os nomes, mas confundem as consequências ou as causas. Por exemplo, muitos dizem conhecer o efeito de estufa, mas apenas 3% sabem especificar as suas consequências.

Quanto às causas apontadas para o efeito de estufa, deixam também muito a desejar em termos de rigor de conhecimentos: regista-se um elevado índice de não-respostas, e muitos apontam o buraco do ozono como causa, em vez de consequência. Só muito depois vem a poluição em geral e/ou do ar e, muito abaixo, o desbaste da floresta.

Outro exemplo que denota um certo desconhecimento das implicações ambientais globais prende-se com a falta de peso atribuído ao *excesso demográfico* dos países em desenvolvimento. Apesar de todas as evidências, cerca de metade dos portugueses crêem que o *planeta ainda suporta muito mais população* do que a que já tem.

Por outro lado, quando se apresenta uma lista de factores que contribuem negativamente para os problemas ambientais, ou uma lista de prioridades para a sua resolução, as *questões demográficas* são sempre relegadas para último lugar da escala. Por exemplo, interrogados sobre o peso relativo de certos factores no agravamento dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento, apontam em primeiro lugar «o seu rápido crescimento industrial» (57,5%) e o «consumo dos recursos naturais por parte dos países industrializados» (54%); só no fim da escala aparece o «excesso de população nos países em desenvolvimento» (40,8%).

Também a propósito dos aspectos mais importantes da ajuda dos países ricos aos países pobres, mais uma vez, a prioridade considerada menos importante é a política de «planeamento familiar» (41,8%).

Não será só por terem revolucionado a genética, deixando descendência pelos quatro cantos do mundo, que os Portugueses não parecem muito sensíveis aos excessos demográficos; tratar-se-á talvez de um grande *lapso in-*

formativo, com consequências directas numa certa dificuldade em desenvolver uma *consciência global*.

Já quanto ao cancelamento da dívida externa dos países pobres e canalização desse dinheiro para a protecção ambiental, os Portugueses são, de entre os habitantes de países de médio e alto rendimento, dos que mais concordam com a medida. Ao contrário dos países do ex-Leste — Hungria e Rússia —, onde predomina o sentimento contrário, e sobretudo do Japão e dos EUA, que, sendo os maiores credores do Terceiro Mundo, são também os que mais se opõem ao cancelamento das dívidas.

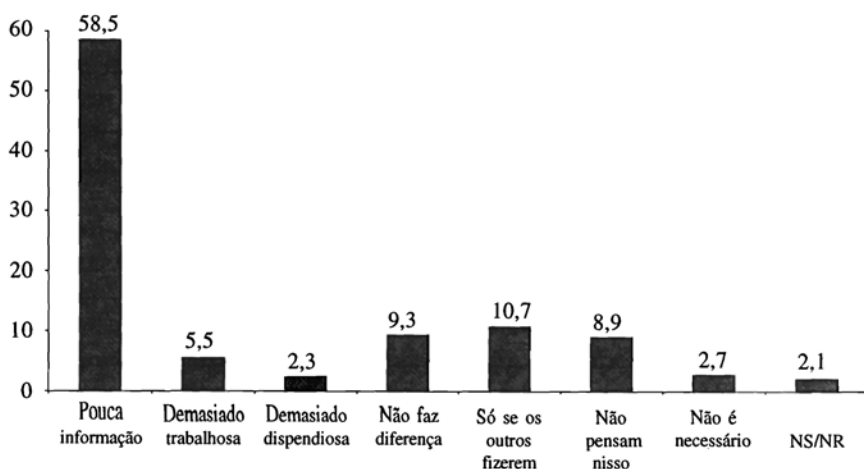
Mas, prioridade das prioridades, para ajudar os países pobres, os Portugueses — talvez projectando uma autonecessidade — consideram, acima de tudo, fornecer «informação para educar as pessoas acerca da protecção ambiental» (98%).

De resto, a *falta de formação e informação* é também auto-reconhecida. À frase «as pessoas não sabem o que fazer para proteger o meio ambiente» atribuem 92% dos portugueses uma das causas mais importantes dos problemas ambientais. Mais do que o «desperdício do lixo», a «actuação do governo» ou o «desenvolvimento do comércio e indústria» e a «depradação dos recursos». Curiosamente, estas falhas na formação/informação são ainda mais sentidas no caso dos indivíduos situados nos estratos mais elevados e mais escolarizados. Talvez os mais conscientes da necessidade de «cultura ambiental».

De novo, a razão principal apontada para não fazerem mais *acções pelo ambiente* é a «falta de informação» de que se queixam (58,5%), ou então, já muito abaixo, o «faço se os outros fizerem» (10,7%), ou ainda o facto de nem sequer pensarem «que adiantavam»... (9,3%) (gráfico n.º 3).

Razões para explicar por que é que as pessoas não fazem mais pela protecção do ambiente

[GRÁFICO N.º 3]



Estas respostas conduzem-nos a um novo conjunto de hipóteses:

- Em primeiro lugar, haverá uma resistência, na sociedade portuguesa, em associar as actividades agrícolas à poluição. A ideia de um *mundo rural limpo* e desprovido de poluentes não se deverá apenas ao fraco peso quantitativo da agricultura intensiva, mas à persistência de um imaginário nacional marcado positivamente pelos valores bucólico-rústicos. Um imaginário que já vem da tradição naturalista do século XIX e que foi completamente integrado pelo regime salazarista.

Para além de «reserva moral da nação»¹¹, o mundo rural simbolizará também, cada vez mais, a ideia de «reserva de qualificação ambiental»;

- Em segundo lugar, verifica-se uma espécie de «(in)cultura geral» relativamente às questões ambientais — não só em termos de *informação* objectiva sobre os problemas em si, mas também pela inexistência de *cultura civil organizada* —, já que, numericamente, a militância, como veremos, é ainda muito fraca.

Falta consciência em relação à globalização dos problemas ambientais e falta um certo denominador comum que atravesse a sociedade portuguesa e possa criar alguma espécie de consensos em torno de questões ambientais específicas;

- Este desconhecimento manifesto cria distância em relação aos problemas e reforça, uma vez mais, a *desresponsabilização*. No fundo, o excesso de valorização daquilo que lhes falta — *educação e informação* — acaba por autodesculpabilizar, seja o pouco que fazem («se eu soubesse...»), seja o que não fazem mesmo («eu não sabia...»). Apesar de a sensibilização ser actualmente crescente, não conseguem ainda apreender a sua quota-parte de actores/produtores do mal ambiental;
- Levanta-se aqui um problema de fundo: qualquer política ambiental passa por ordenar e regulamentar. Contudo, é difícil regular democraticamente uma sociedade sem as pessoas estarem conscientes e informadas dessa necessidade. Os problemas ambientais colocam, assim, um desafio gravíssimo ao sistema político democrático — porque a sua resolução encontra-se dependente da *maturidade da sociedade civil*. E a desinformação geral cria por vezes dificuldades de, num tempo ambientalmente útil, tomar decisões por processos democráticos.

Veja-se o que acontece actualmente com o problema dos lixos: os resíduos crescem em progressão geométrica, enquanto o processo de compreensão e quase percepção cognitiva do fenómeno dos resíduos e a responsabilização individual e colectiva vão em progressão aritmética. O facto de a informação sobre resíduos ter sido durante anos ocultada

¹¹ João Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 52, 1977, pp. 789-803.

poderá ser hoje uma das principais causas, por exemplo, do bloqueio cego à incineração. Isto, à parte o habitual efeito *nimby* (*not in my backyard*), sempre presente neste tipo de situações¹².

Assim, só uma sociedade civil amadurecida poderá ser o garante de uma política ambiental bem sucedida. A solução não passará por menos sociedade civil, mas por mais e melhor sociedade civil.

2.3. DA CULPA DO PODER ECONÓMICO À DESCONFIANÇA NO PODER POLÍTICO

Ao sentirem-se como vítimas do ambiente, os Portugueses apontam sempre dois *culpados*: o poder discricionário de quem polui, que é o *poder económico*, e o *poder político*, que aparecerá como cúmplice do poder económico.

Ou seja, o poder económico é o causador directo — no inquérito, 87% apontam sobretudo o comércio e a indústria como principais causadores da degradação ambiental —, o poder político vai a reboque e até encobre o predador.

No inquérito há simultaneamente uma expectativa face ao Estado como protector, quando a maioria dos inquiridos (52,6%) acha que o governo deveria ser o primeiro responsável pela protecção ambiental do país, e há uma clara atribuição de responsabilidades ao governo nessa falta de protecção. A grande maioria dos portugueses (76,5%) pensa mesmo que um dos contributos maiores para o agravamento dos problemas ambientais é o de o *governo não evidenciar essa atitude de protecção*.

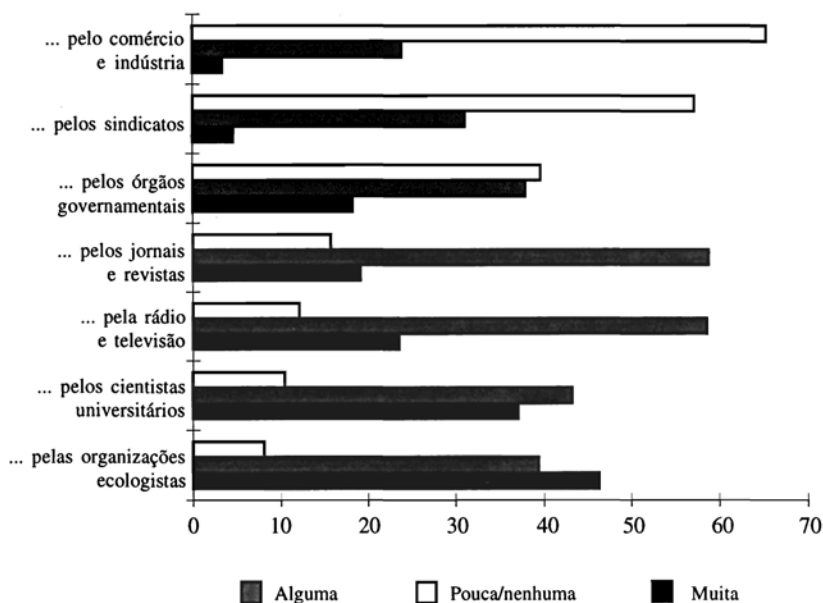
Do governo pretendem-se ainda *leis mais rígidas* para que todos preservem as riquezas naturais e quer-se maior exigência face às indústrias e outros agentes económicos. Mas acredita-se muito pouco na sua eficácia. A tal ponto que não só 83% dos inquiridos achariam bem que o governo contribuisse com dinheiro para uma *agência internacional*, como 73,3% prefeririam mesmo passar à referida agência a autoridade para influenciar a política ambiental nacional.

Finalmente, está-se perante um *governo* em que também não se confia quando se trata de *dizer a verdade* sobre os problemas do ambiente. Neste caso, confia-se sobretudo «muito» nas *organizações ecologistas* (46,3%) e nos *cientistas* (37,1%), bem como, logo de seguida, nos *meios de comunicação social*, sobretudo na rádio e na televisão (23,5%). Em contrapartida, confia-se bastante menos nos órgãos governamentais, mas ainda menos nos sindicatos e no comércio e indústria (gráfico n.º 4).

¹² V., sobre este assunto, Maria Luísa Lima, «Viver com o risco: abordagens da psicologia social ambiental», in *Inforgo*, n.º 9-10, 1995, pp. 39-55.

Em que medida deposita confiança nas informações dadas
sobre os problemas ambientais...
(percentagem)

[GRÁFICO N.º 4]

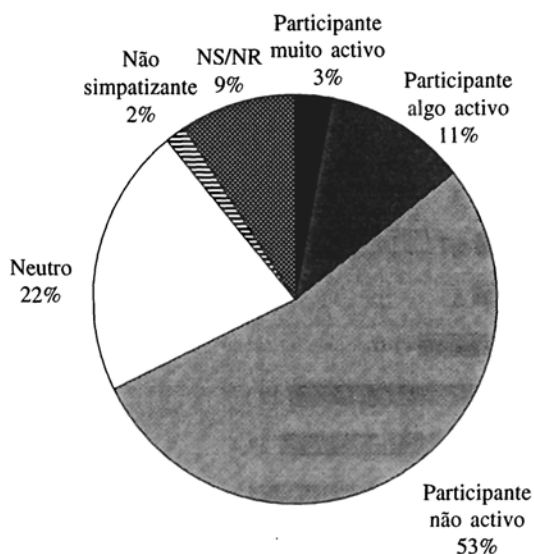


Contudo, esta confiança nas organizações ambientalistas não se traduz em muita *militância* — os Portugueses são sobretudo «simpatizantes não activos» das associações (53,4%); cerca de 21,5% manifestam «indiferença» pelos movimentos ambientalistas; apenas 11,3% se declaram «simpatizantes algo activos» (os mais novos, de classes sociais mais elevadas e urbanos) e 3,1% *activos* (gráfico n.º 5). Relativamente aos outros países da União Europeia, Portugal apresenta uma das *mais baixas taxas de militância ecológica*¹³; e, segundo os resultados do inquérito Gallup, os Portugueses acompanham os Russos nos mais baixos índices de participação organizada. Isto apesar de a avaliação que os Portugueses fazem da presença dos movimentos ecológicos ser francamente positiva: cerca de 83% consideram que a actualização dos referidos movimentos tem sido «vantajosa».

¹³ Segundo dados do *Eurobarómetro*, in CCE, Commission des Communautés Européennes, *Les Européens et l'environnement en 1992 — Sondage effectué dans le cadre de l'Eurobaromètre 37.0*, Bruxelas, 1992.

«Militância» ambiental

[GRÁFICO N.º 5]



Contudo, nem a «simpatia» se traduz em militância, nem a apreciação positiva chega para quebrar a inércia. Mesmo entre os mais escolarizados, os grupos ecologistas encontram cerca de 60% de simpatizantes, mas não activos. É sobretudo no sector universitário e de *status* elevado que se encontra a maior minoria «activa».

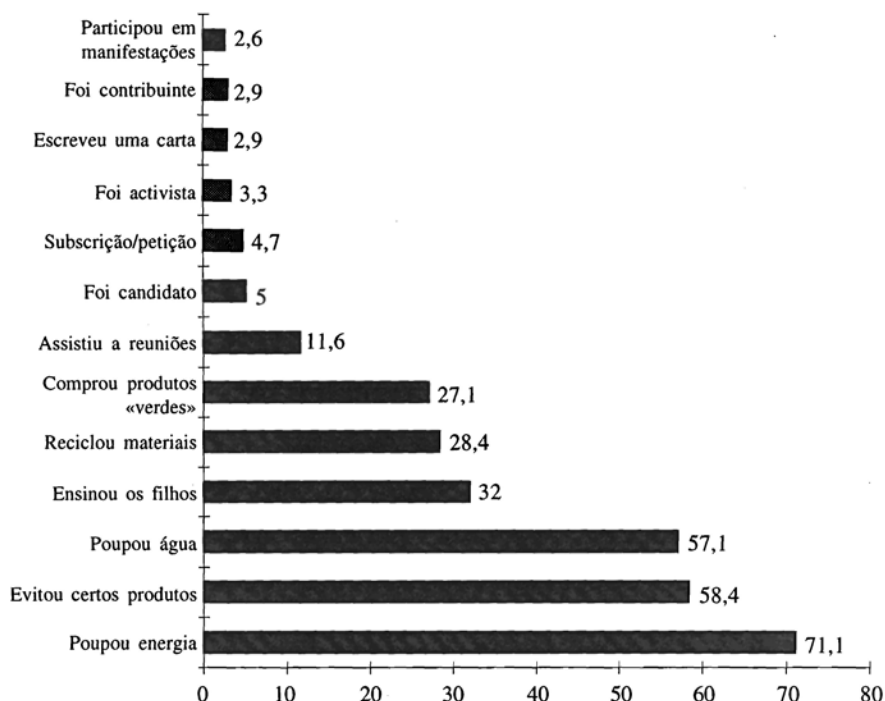
Se analisarmos o tipo de acções concretas que os Portugueses desenvolvem para protegerem o ambiente, verificamos que sobretudo *pouparam electricidade* (71%) e *água* (57%) (gráfico n.º 6) — acções estas que, mais do que preocupações ambientais, decorrem de preocupações de orçamento, tanto mais que os referidos índices de poupança aumentam nos indivíduos de *status* social mais baixo.

Quanto aos «produtos que evitaram comprar» e/ou aos «produtos ‘verdes’» que compraram, seria necessário aprofundar a questão. Dada, por um lado, a escassez deste tipo de produtos no mercado português à data do inquérito e, por outro lado, a desinformação do sistema de rotulagem, estas respostas, mais do que acções práticas, indiciam meras predisposições.

De resto, todos os mecanismos de accionamento democrático e de intervenção pública organizada — como sejam escrever cartas ou contactar entidades oficiais, ir a manifestações, fazer petições ou pedidos escritos — são expedientes a que não recorrem, mesmo os mais novos e os mais letrados.

Qual/quais destas situações se passaram consigo durante o ano de 1991?

[GRÁFICO N.º 6]



Estas respostas levantam um terceiro conjunto de hipóteses:

- Primeiramente, apesar de para os cidadãos ser claro que o produtor do mal ambiental é o poder económico, *o poder político é considerado responsável* por actuar como uma espécie de cúmplice do agente económico, traindo assim o pacto com o cidadão comum.

A percepção deste problema reedita a crónica segmentação entre os cidadãos portugueses e o Estado. Por um lado, um Estado que os vitima porque se alia aos poderes económicos, não cumprindo a protecção do interesse público ambiental, e, ainda por cima, lhes esconde a informação, não lhes merecendo assim qualquer confiança.

Por outro lado, um Estado ineficaz, incapaz de dar respostas adequadas às necessidades e direitos dos cidadãos. A experiência quotidiana de um *Estado-bloqueio* gera um profundo descrédito dos cidadãos no sucesso dos mecanismos democráticos para a resolução dos seus problemas com a Administração.

Num inquérito recente do FJL¹⁴, grande parte dos inquiridos pensam, por exemplo, que o melhor ingrediente para que tudo funcione bem no seu relacionamento com uma instituição pública é sobretudo «conhecer lá alguém», ou seja, o sistema da cunha e do clientelismo. Esta situação é tanto mais preocupante quanto se reforça para os indivíduos das novas gerações.

Neste contexto, as consequências vislumbram-se: a relação com o Estado, ao obrigar ao expediente da cunha, isola e atomiza os cidadãos, deixando-os «cunhodependentes», retirando-lhes força como colectivo e presença social face aos decisores;

- Em segundo lugar, esta desafecção entre governantes e governados — num panorama de *fraco associativismo* e de *atomização das acções* — estabelece um vazio entre cidadãos e Estado, que os *media* têm ocupado cada vez mais.

De facto, se o regime autoritário «amestrou» a sociedade civil, o regime democrático não «estimulou» nem desenvolveu uma cultura de intervenção cívica. O sistema partidário terá aproveitado e reproduzido vícios anteriores, disputando para si o exclusivo da acção política. As organizações não governamentais (ONGs) têm saído prejudicadas neste contexto — sendo a militância ambiental ainda débil.

Ora, um dos únicos *sinais de alteração desta situação* foi dado pelos *meios de comunicação social* mais interactivos com os cidadãos: novos jornais diários (*Público*) e sobretudo as rádios e televisões privadas (SIC e TVI). Seja pela via das cartas, seja pela existência de fóruns de discussão ou de programas como a *Praça Pública*.

Estes meios de comunicação social têm funcionado como uma espécie de *veículos de cidadania* — que transmitem e ampliam as insatisfações populares, dando-lhes peso político, embora também estimulando a própria contestação popular.

Corre-se, contudo, um risco: o processo de passagem de uma certa consciência discursiva dos cidadãos ao exercício prático de uma cidadania não poderá apenas residir nas arbitrariedades (e fragilidades) das agendas mediáticas.

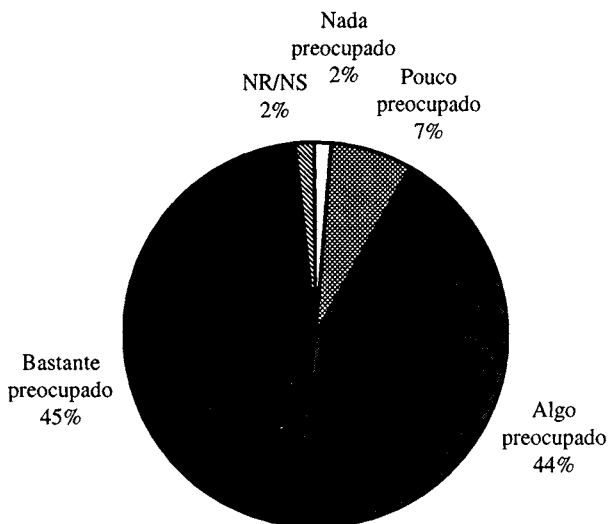
2.4. DA PREOCUPAÇÃO COMUM ÀS DIFERENTES SENSIBILIDADES

Finalmente, constata-se que, neste inquérito, os Portugueses manifestaram-se todos muito *preocupados com o estado geral do «ambiente»* — cerca de 90% explicitam-no quando directamente interrogados (gráfico n.º 7).

¹⁴ Ana Benavente, Helena Mendes e Luísa Schmidt, *Direitos dos Cidadãos em Portugal: Conhecimentos e Opiniões*, Lisboa, Fórum Justiça e Liberdades, 1995.

Preocupação com os problemas do ambiente

[GRÁFICO N.º 7]



Mais ainda, quase metade dos inquiridos consideram mesmo o ambiente «um dos dois ou três problemas mais importantes no nosso país». Praticamente ninguém acha excessiva a actual valorização dos temas ambientais.

Mas o que é este «ambiente» que tanto os preocupa e lhes ameaça o futuro próximo?

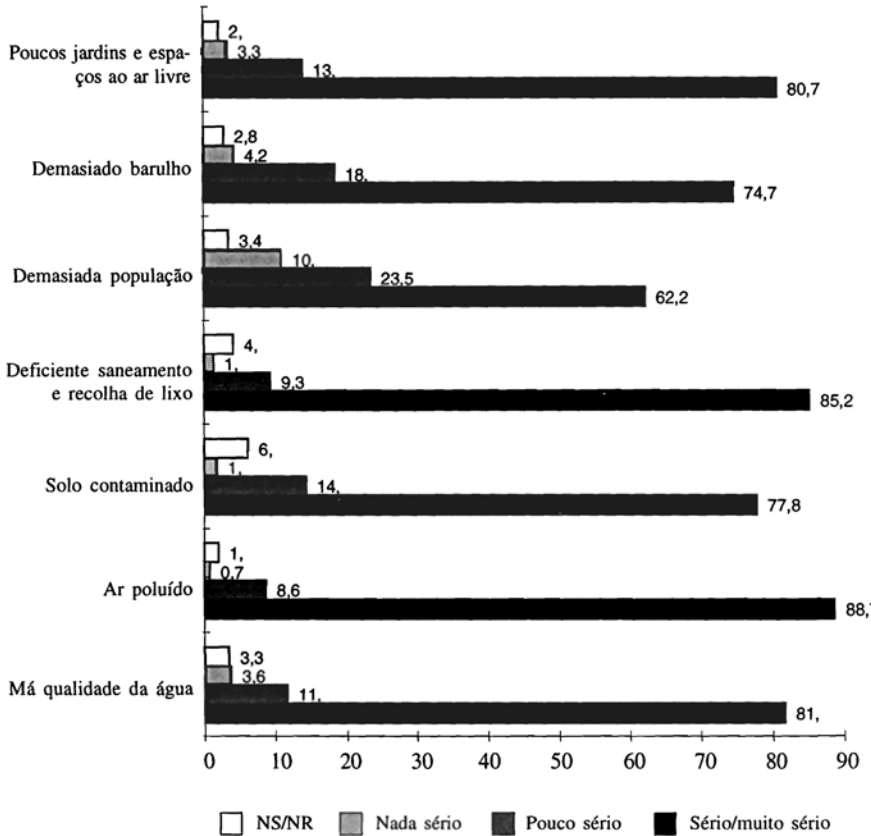
Os *problemas de ambiente do país* considerados «muito ou algo sérios» — quando apresentados em lista fechada — são, por ordem decrescente, a «poluição do ar» (89%), o «deficiente saneamento básico e recolha do lixo» (85%), a «má qualidade da água» (81%), a «falta de jardins e espaços ao ar livre» (81%), a «contaminação do solo» (78%), e, por fim, os menos referidos são o «excesso de ruído» (75%) e o «excesso de população» (61%) (gráfico n.º 8).

Contudo, no que respeita ao *ambiente local*, é a questão do saneamento básico que se sobrepõe a todas as outras. Mas, neste caso, a distinção dos resultados segundo a «variável urbano/rural» é determinante. Se nos meios rurais e nos subúrbios das grandes cidades a grande questão continua a ser de facto o «saneamento básico e o lixo», já nos meios mais urbanos a «escassez de jardins e espaços ao ar livre» é de longe a mais sentida, sobretudo para o caso dos habitantes da Grande Lisboa.

Quanto às consequências desse mau ambiente, a pior é para a *saúde*, tanto

Em que medida considera mais ou menos «sérios» os problemas ambientais do país?
(percentagem)

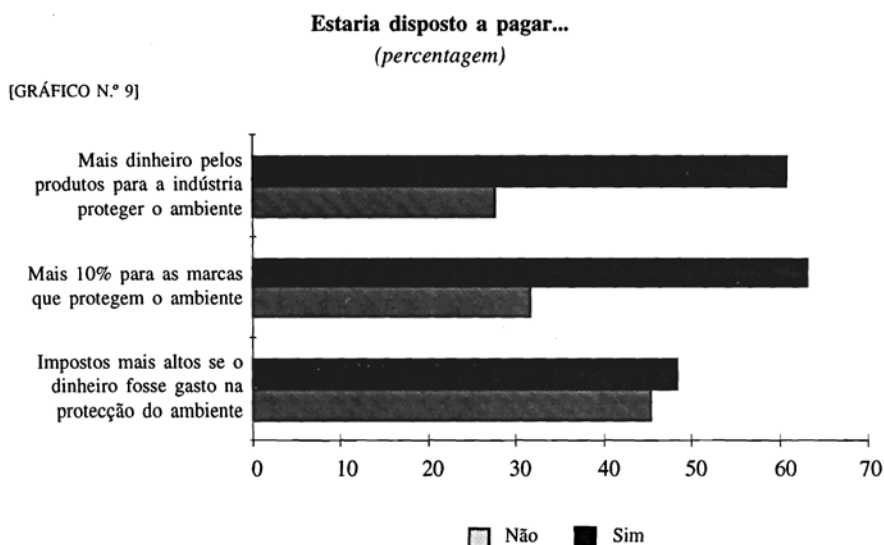
[GRÁFICO N.º 8]



Ambiente e saúde surgem neste inquérito intimamente relacionados: os Portugueses temem a degradação ambiental ao nível do seu próprio corpo e, provavelmente, temem-na tanto mais quanto não confiam na capacidade dos cuidados de saúde pública. Para a maioria dos portugueses, a *degradação ambiental* é mais sentida como *doença* (degradar o ambiente é fazer-nos adoecer) do que como atentado às paisagens, à beleza da vida natural, ou um ultraje à criação divina. Por isso, sempre que se pergunta qual a razão mais importante para a preservação do ambiente, surge, acima de tudo, a «protecção da saúde actualmente» (48,7%) e, seguidamente, a «saúde da geração futura» (24,2%); só depois vem a «beleza do meio ambiente» e, por último, a «protecção dos animais».

Por outro lado, a esmagadora maioria dos inquiridos (84%) reconhecem que os efeitos do «aquecimento do globo» já começaram a ser sentidos.

Será talvez por todas estas razões que, surpreendentemente, a maioria das pessoas estão dispostas a contribuir e a aceitar *aumentos de custos* resultantes de cuidados ambientais. Mesmo os portugueses dos *status* sociais mais desfavorecidos dispõem-se a pagar, eventualmente, para evitarem um duplo problema: uma saúde arruinada por um ambiente degradado. Assim, mais de dois terços de laram-se dispostos a *pagar mais pelos produtos* de forma que a indústria possa proteger o ambiente. E, se esse pagamento extra pelos produtos verdes fosse mais 10%, cerca de 63% dos inquiridos pagariam também. Até mesmo os *impostos poderiam subir*, para metade dos inquiridos, desde que se soubesse que o dinheiro era gasto com a protecção do ambiente (gráfico n.º 9).



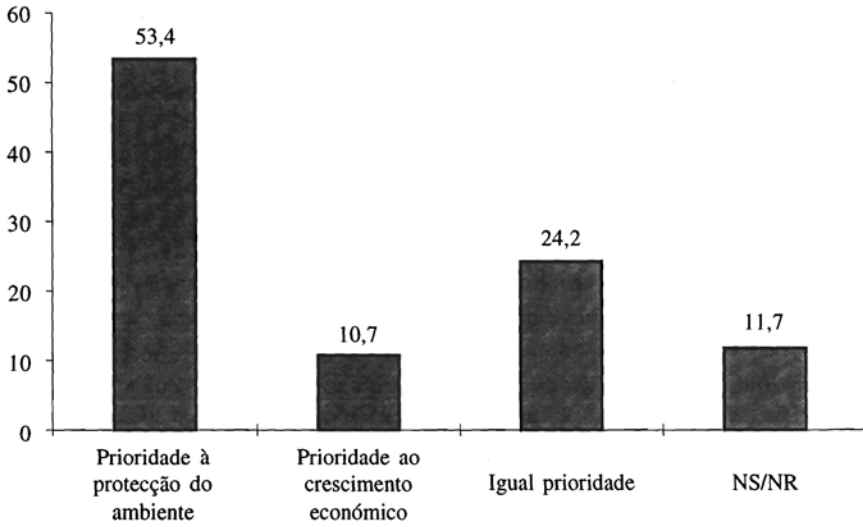
E não é só a pagar mais que as pessoas estão maioritariamente dispostas. Respondendo à pergunta que confronta directamente *ambiente e desenvolvimento*, a maioria, sobretudo os mais novos, pensa que deveria ser dada «prioridade à protecção do ambiente»; mesmo arriscando abrandar o crescimento económico (53,4%), um quarto da população daria «igual prioridade ao crescimento económico e à protecção ambiental» (24,4%) e apenas 10,7% põem o «crescimento económico acima do ambiente» (gráfico n.º 10).

Numa outra questão 70% acreditam que é possível conciliar em simultâneo o «crescimento económico» e a «protecção ambiental».

Contudo, quando os factos se colocam na *alternativa emprego/ambiente*, já o caso muda de figura: 61% dos inquiridos não estariam dispostos a aceitar mais desemprego para melhorar o ambiente (gráfico n.º 11).

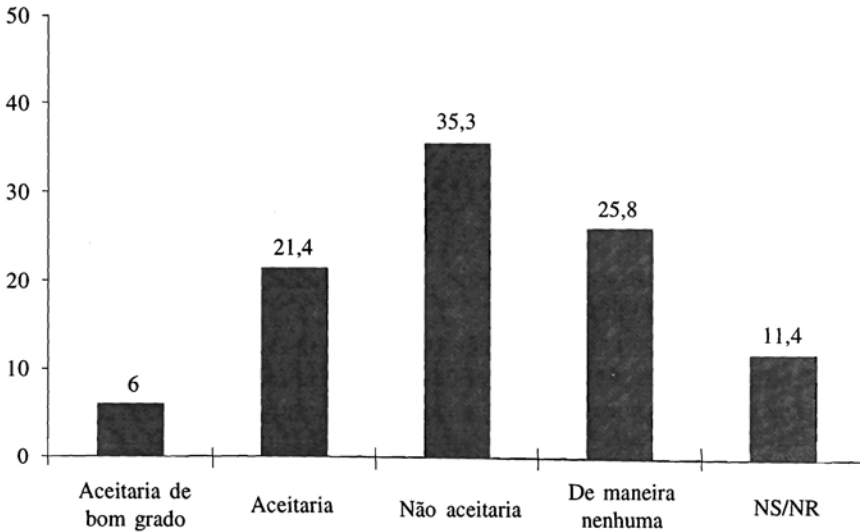
Com qual destas posições sobre o ambiente e economia concorda mais?
(percentagem)

[GRÁFICO N.º 10]



Estaria disposto a aceitar mais desemprego se isso fizesse melhorar a qualidade do meio ambiente?
(percentagem)

[GRÁFICO N.º 11]



E estes factos são tanto mais sentidos quanto mais se desce na escala social e à medida que se caminha para o interior do país, bem como entre os sectores mais velhos da população.

Estas respostas levantam um último conjunto de hipóteses:

- Apesar de os Portugueses, em geral, se manifestarem *preocupados com o ambiente*, é possível perceber, já neste inquérito, que os posicionamentos são diferentes, conforme o lugar social e cultural em que se situam. Ou seja, a idade, o *status* e o lugar de residência (urbano ou rural) — são variáveis importantes para identificar *diferentes sensibilidades ambientais*.

Por exemplo, o ambiente local e nacional é preocupação dominante das camadas sociais mais elevadas — que em Portugal se recortam pelas mais escolarizadas — e também dos mais novos, o que indicia alguma *clivagem geracional* importante. Os jovens terão actualmente maior consciência e estarão mais sensibilizados para o ambiente. Os residentes em *habitat* urbano são quem mais sente a afectação objectiva dos problemas em si. Mas as razões que mobilizam para a questão ambiental serão diferentes, variando conforme os níveis sócio-culturais de cada grupo.

Também em relação ao que deve, ou não, ser considerado a boa qualificação ambiental ou a bonita paisagem, haverá profundas segmentações, conforme os grupos sociais. As diferentes expectativas e desejos que os diferentes agentes sociais envolvidos detêm sobre os parques naturais e áreas protegidas são disso um bom exemplo.

O ambiente é, assim, uma enorme preocupação civil portuguesa, mas tal não corresponde, provavelmente, a nenhum conteúdo homogéneo e coerente. Os conteúdos que as diferentes pessoas lhe atribuem acompanharão as clivagens sociais crónicas (e talvez algumas menos crónicas) da sociedade portuguesa.

É urgente não só conhecer a projecção social dessas linhas de clivagem, como as estruturas dos respectivos conteúdos;

- A articulação *ambiente-saúde* sublinha uma contradição: por um lado, o ambiente pode ser um mal relativamente bem distribuído; por outro lado, gera e estimula estratégias de diferenciação social no acesso à qualificação ambiental.

A poluição do ar, para já não falar do «buraco na camada de ozono», é um bom exemplo: o ar é um dos bens socialmente mais equilibrados, pois todos os portugueses o consomem em permanência, em quantidades idênticas, sem poderem retê-lo, privatizá-lo, acumulá-lo, ou seja, sem o gerirem em seu proveito. A má qualidade do ar tanto pode empear a Quinta da Marinha como a Brandoa, ou o enxofre da Petro-

química de Sines tanto contamina a aldeia piscatória como contaminará o futuro empreendimento de luxo de Vila Moura.

Ao pôr todos do mesmo lado quanto à possibilidade das catástrofes decorrentes das questões ambientais (toxicologia, nuclear, etc.), a sociedade de risco agudiza estas situações, desafiando de algum modo as estratificações tradicionais de classes. Pois, como diz Beck, na transição da «modernidade» para a «modernidade reflexiva» assiste-se à passagem da «solidariedade da necessidade» à «solidariedade da ansiedade»¹⁵.

Todos temos de comer e respirar e, se a «fome é hierárquica, a poluição é democrática»¹⁶.

Contudo, os problemas ambientais, enquanto igualizam e podem afectar todos horizontalmente, também estimulam as estratégias sociais para a distinção, que podem passar pela «guetização» ou condomínio fechado e, inclusivamente, pelo recurso a estratégias de poder bem objectivas.

Assim, se alguns elementos físicos ambientais — como o ar — podem trocar as voltas às nossas quezílias de classe, também podem contribuir — e contribuem — para o reforço dos seus contrastes;

- Finalmente, é preciso relembra que Portugal, apesar de neste inquérito ser incluído no grupo das nações industrializadas, apresenta vários indicadores económicos ao nível das nações em vias de desenvolvimento, além da falta de tradição de Estado-providência¹⁷. Assim, se uma grande parte dos portugueses está disposta a pagar por melhorias ambientais, não estará, no entanto, disposta a *sacrificar o emprego*. Na sociedade portuguesa o espectro do desemprego é aterrorizador¹⁸.

Desemprego entre nós significará marginalização social e económica. Basta pensar no «sub-sub-subsídio de desemprego» vigente. Significará também quebra absoluta de prestígio, desonra, dependência familiar, indignidade, pobreza.

¹⁵ Ulrich Beck, *The Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications, 1992

¹⁶ Ulrich Beck, *op. cit.*

¹⁷ Sobre o debate em torno do Estado-providência, v., em diferentes perspectivas, Boaventura Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, Manuel Villaverde Cabral, «Equidade social. Estado-providência e sistema fiscal», in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 17, 1995, pp. 9-34, e Juan Mozzicafreddo, «O Estado-providência em transição», in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 16, 1994, pp. 11-40.

¹⁸ É curioso verificar o que aconteceu recentemente com a Fábrica Grunig de Braga, em que os trabalhadores só denunciaram a importação de resíduos tóxicos a partir do momento em que os salários deixaram de ser pagos. Também em Foz Côa os trabalhadores da barragem se manifestaram a favor do empreendimento com o *slogan* «as gravuras podem não saber nadar, mas não alimentam os nossos filhos» (in *Público* de 12-5-1995).

Para os Portugueses, o «ambiente», apesar de preocupante, pode não ser um conceito muito claro, mas o desemprego é-o. O problema que se põe é avaliar até que ponto o desemprego poderá vir a constituir, ou não, um grave bloqueio ao crescimento da sensibilidade ecológica. As relações entre desenvolvimento e ambiente serão um dos eixos em torno do qual se decidirá a força dessa sensibilidade. Será aí que se jogará, por exemplo, a difícil articulação entre o preocupante agravamento das condições ambientais e, por exemplo, a euforia gerada pelo recente consumismo nacional.

3. COMENTÁRIOS FINAIS

1. Apesar de em Portugal se manifestar uma grande preocupação sobre ambiente, mesmo comparativamente a muitos outros países, tal não significará; contudo, uma consciência ambiental amadurecida nem indicará um sentido de responsabilização apurado. Pelo contrário, o ambiente ainda é visto como problema *de fora, de futuro*, e com origem sobretudo *nos outros*.

É significativo o desnível verificado entre a fraca avaliação face aos problemas locais — que nos estão perto — e o crescendo de preocupação em relação aos problemas globais — que nos estão longe.

2. Verifica-se um *diferencial entre as representações e as práticas* ambientais. Se os índices de preocupação e até de dramatização ou medo dos problemas ambientais atingem valores elevados, as acções em prol do ambiente estão praticamente ausentes do quotidiano dos Portugueses.

Ou seja, a predisposição claramente positiva que os Portugueses manifestam no apoio às políticas e melhorias das condições ambientais não tem correspondência prática: não militam, não pagam taxas, não intervêm nas decisões, nem recorrem a mecanismos nesse sentido, em suma, quase não agem. Contudo, em casos concretos, que afectem directamente a vida privada local, têm-se verificado cada vez mais acções de protesto, as quais se exprimem sobretudo na forma de cortes de estrada, manifestações de rua e até de boicote às urnas eleitorais. Ou seja, medidas que assegurem projecção mediática — considerada esta talvez a única mediação eficaz na relação com o Estado e com os decisores.

3. Nas actuais condições sociológicas e ambientais, a «sensibilidade ecológica» da população surge marcada por um elemento de temor, o qual se liga directamente à *saúde*. A saúde, como forma mais pessoalizada de traduzir as questões ambientais gerais, é, aliás, um dos aspectos mais alarmantemente referenciados. Pode dizer-se que os Portugueses temem a degradação ambiental ao nível do seu próprio corpo.

4. Por outro lado, verifica-se um desconhecimento grande — uma *(in)cultura geral* — relativamente aos problemas ambientais, bem como à capacidade tecnológica para resolução dos mesmos.

O ambiente ensina-se pouco nas escolas, na família e no emprego e até, eventualmente, nos meios de comunicação social. E também pouco se apreende na prática, seja na reconversão tecnológica do mundo empresarial, seja ao nível das mais elementares estruturas de saneamento básico do país.

A posição que situa os Portugueses na cauda europeia da «modernização ecológica» é também aquilo que os faz descer na capacidade tecnológica para a resolução dos problemas do ambiente.

Entre respeitar e recluir a Natureza e acreditar na ciência ou na técnica para dominar e resolver os problemas do ambiente, os Portugueses «balançam», mas tendem, mais do que os outros europeus inquiridos, a desacreditar nessa capacidade da tecnologia.

Esta desconfiança estará relacionada com o descrédito face ao Estado — seja do ponto de vista do seu empenhamento na resolução dos problemas, seja como interlocutor entre os diversos grupos de interesse privados e o interesse público, seja até na simples divulgação dos factos.

5. Hipoteticamente, a intensidade do risco seria um factor de democratização das sociedades modernas, pois está para além de todas as diferenças sociais e económicas (Giddens e Beck). Contudo, a capacidade de «fuga» ao risco gera e até agudiza estratégias de diferenciação social, já bem patentes na sociedade portuguesa.

Resta-nos, pois, ressaltar a importância dessas diferenças. Se a preocupação geral pelo ambiente, embora recente, parece já generalizada, ela variará conforme as diferentes situações sociais dos Portugueses. Idade, *status* social, instrução, região, determinam diferentes atitudes e sensibilidades.

Acresce que a heterogeneidade dos conteúdos da «preocupação ambiental», mais do que da «sensibilidade ambiental», será potenciada pelo discurso ecológico de referência fortemente marcado, como sugerem alguns autores¹⁹, por uma carga ideológica de contornos contraditórios que vão, num *continuum*, de valores tradicionais a valores pós-materialistas. No primeiro caso, a preocupação ecológica surgirá associada a uma idealização do passado, «o mundo que nós perdemos». No segundo caso, a preocupação ecológica surge associada a valores pós-materialistas, «o mundo (limpo) que nós queremos».

¹⁹ Ronald Inglehart, *op. cit.*